

MINERAÇÃO PODE SER UMA ALIADA DO MEIO AMBIENTE

Empresas que seguem as normas existentes levam desenvolvimento à medida em que trabalham na extração.

São muitos os impactos negativos da extração mineral ilegal na Floresta Amazônica, mas nem sempre a mineração é prejudicial ao meio ambiente. Empresas que seguem as normas existentes levam desenvolvimento à medida em que trabalham na extração.

As clareiras na floresta são as marcas do garimpo ilegal. A Terra Indígena Ianomâmi, entre Roraima e o Amazonas, é a maior do país. A Funai estima que dez mil garimpeiros ilegais estejam destruindo a vegetação e contaminando os rios do local.

Um perigo que se repete em outras reservas, como na Terra Indígena Vale do Javari, na fronteira com a Colômbia e o Peru.

Semana passada, a Polícia Federal e o Ibama destruíram balsas usadas na extração ilegal de ouro. A Constituição diz que só pode haver exploração mineral em terras indígenas após autorização do Congresso e depois de consultar as comunidades afetadas. Mas o projeto de lei que regulamenta a prática tramita há 23 anos e ainda não foi aprovado.

O engenheiro florestal Tasso Azevedo, pesquisador e coordenador do MapBiomias é um dos idealizadores do Serviço Florestal Brasileiro, que faz a gestão do uso sustentável das florestas públicas, cobra maior rigor no combate ao garimpo ilegal tanto em áreas indígenas como fora delas.

“Qualquer sinal de ser complacente com uma atividade que se dá de base ilegal e que tem forte impacto sobre os recursos hídricos, sobre a diversidade e as comunidades locais deve ser combatida, e não ser mantida.”

Mas na floresta existem casos em que a extração e a preservação andam juntas. As empresas podem explorar um garimpo desde que sigam as normas previstas no Código de Mineração, criado em 1967,

A Agência Nacional de Mineração também precisa aprovar a exploração do garimpo e só depois do licenciamento ambiental, as atividades podem ter início.

Um desses casos é o maior projeto da história da mineração, que fica na serra dos Carajás, Sudeste do Pará. As explorações da Vale começaram há 34 anos na cidade de Parauapebas.

Na parte sul (Canaã dos Carajás), está o projeto mais recente, inaugurado em 2016. Lá, a empresa automatizou todo o processo de extração e produção, que não utiliza água para separar o minério de ferro.

“A gente diminuiu 50% na produção de uma tonelada de minério de ferro, as emissões de gases de efeito estufa e, no que tange ao beneficiamento, a gente diminuiu em 93% a utilização de água”, explicou Leonardo, gerente de Meio Ambiente e Engenheiro Florestal da Vale.

As ações de preservação da floresta também têm a participação das comunidades locais, que passaram por uma mudança de comportamento. Um grupo de extrativistas, que há 30 anos faz a coleta das folhas do jaborandi, começou a produzir muito mais quando aprendeu a podar as plantas de forma sustentável.

Hoje, os extrativistas recebem apoio da Vale, da Universidade Federal Rural da Amazônia e do Instituto Chico Mendes. Eles coletam duas vezes mais do que na época em que não tinham autorização para trabalhar dentro da floresta nacional de Carajás.

“A gente entrava de noite, saía de noite fugindo dos guardas e escondido dos guardas, então a gente tirava de qualquer jeito, colhendo, cortando, quebrando os galhos. Hoje não, hoje é diferente”, contou o folheiro Edilson Pereira.

As folhas que o Jovenilio Cardoso recolhe servem de matéria-prima de um colírio para o tratamento do glaucoma. “A gente está ajudando não só uma pessoa, milhões de pessoas na verdade”, disse o folheiro.

A extração de minérios também ocorre em outras regiões do Pará. Dentro da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Oeste do estado, a empresa de mineração Rio do Norte produz bauxita há 40 anos e realiza 63 projetos socioambientais em parceria com três organizações não governamentais. Desde o início das operações, a empresa reflorestou uma área de quase sete mil hectares.

Nessa mesma região, a mineradora Alcoa também produz bauxita. A operação da empresa, no município de Juruti, ocupa uma área do tamanho da ilha de Fernando de Noronha. Segundo a mineradora, 90% da água utilizada na extração da bauxita são reaproveitados nas instalações da empresa e na formação de pequenos lagos para atrair animais em áreas reflorestadas.

Noventa e duas famílias são responsáveis pelo plantio das mudas. O trabalho gerou uma renda de um R\$ 1,5 milhão para as comunidades, que já recuperaram uma área de 720 hectares.

“Com certeza a gente tem o maior carinho. Além do carinho, o privilégio de reflorestar a nossa área”, diz a moradora.

“Nós não podemos pensar só no resultado financeiro, mas também como as pessoas vão se capacitar, como as pessoas vão se desenvolver e que, no futuro, a região seja autossustentável”, afirmou o gerente da Alcoa, Gênesis Costa.

Para Luiz Enrique Sanches, professor de avaliação de impactos ambientais da Universidade de São Paulo, essa parceria entre governo, empresa e comunidade é o melhor caminho para atingir o desenvolvimento local com a ajuda da mineração.

“Não existe um único agente. O governo tem o papel muito importante de orientar, de regulamentar e de estabelecer as regras gerais, mas tem um papel muito grande da empresa em fazer cumprir essas regras e aplicar de maneira satisfatória esse conhecimento que já existe de como se levar a bom termo uma conversa em termos de igual para igual ou, pelo menos, em termos de respeito com relação às comunidades locais principalmente”.

O pesquisador Tasso Azevedo reforça que é preciso ter em vista três fatores importantes para a preservação da região explorada.

“O primeiro é que todo o impacto possa ser reduzido antes de começar e que, uma vez que ele aconteça, ele possa ser compensado e mitigado com mais do que aquilo que foi impactado. Se você retirou uma árvore, plante pelo menos três. O segundo aspecto é a relação com as comunidades em que ela está inserida. Então, tem que ser uma atividade que seja consentida pelas comunidades que vivem nas regiões onde vai acontecer a mineração. E, terceiro, é que ela deixe um legado econômico, social e de desenvolvimento no seu entorno e permaneça e que leve a outro patamar aquela região quando a atividade de mineração acabar. Então a mineração, por definição, ela é finita. Ela começa e um dia ela acaba e o legado deve ser perpetuado por gerações.”

Fonte: G1

Data: 17/09/2019

Ver 1º *WORKSHOP* DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA EXPLORAÇÃO MINERAL
https://adimb.org.br/inscricao_wssma/wssmapdf/PROGRAMACAO_WSSMA.pdf

Organizado pela ADIMB – Agência para o Desenvolvimento da Indústria de Mineração Brasileira